

**III Reunião  
da  
Conferência de Ministros responsáveis pelo Desporto  
dos  
Países de Língua Portuguesa  
Bissau, 22 a 28 de Fevereiro de 1993**

**Regimento da Conferência**

---

Resolução .3./93

---

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º**

**(Criação)**

É criada, nos termos do disposto no Artº 5 do Acordo de Cooperação no domínio do Desporto, assinado em Lisboa a vinte de Janeiro de 1990, a Conferência de Ministros responsáveis pelo Desporto dos Países de Língua Portuguesa, designada abreviadamente por Conferência.

**Artigo 2º**

**(Definição)**

A Conferência é um órgão intergovernamental vocacionado para a cooperação internacional no domínio do Desporto.

**Artigo 3º**

**(Duração)**

A Conferência é instituída por tempo indeterminado.

Artigo 4º

(Encargos financeiros)

1. Os encargos financeiros das reuniões da Conferência serão suportados pelo Estado anfitrião.
2. A Conferência procederá à fixação de uma quotização anual para prover a outras despesas.

Artigo 5º

(Sede)

A sede da Conferência pertence ao Estado que ocupar a presidência.

Artigo 6º

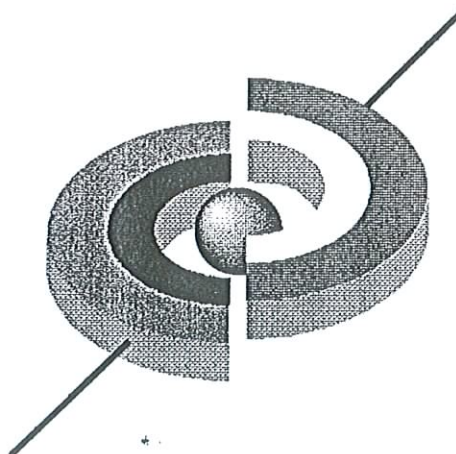
(Língua de trabalho)

A língua de trabalho da Conferência é o português.

Artigo 7º

(Emblema)

O emblema da Conferência é o seguinte:



## CAPÍTULO II

### OBJECTIVOS

#### Artigo 8º

##### (Objectivos)

A Conferência tem como objectivo promover o desenvolvimento das relações de cooperação entre os diversos Estados, no domínio do Desporto, nomeadamente através de:

- a) Reflexão conjunta sobre temas de interesse comum aos diversos sistemas desportivos;
- b) Avaliação das relações de cooperação bilateral e multilateral existentes;
- c) Identificação de novas áreas de cooperação;
- d) Promoção da celebração de novos acordos de cooperação e acompanhamento da execução dos que já se encontram em vigor.

#### Artigo 9º

##### (Competências)

Para além do disposto nos artigos 4º.2 e 16º cabe à Conferência.

- a) Estabelecer recomendações sobre os princípios reguladores da actividade desportiva;
- b) Promover e apoiar a realização de provas desportivas.

### **CAPÍTULO III**

#### **COMPOSIÇÃO**

##### **Artigo 10º**

(Estados membros)

1. Os Estados membros da Conferência são os países signatários do Acordo de Cooperação no domínio do Desporto, firmado em Lisboa a 20 de Janeiro de 1990, abaixo discriminados:

- a) República de Angola;
- b) República de Cabo Verde
- c) República da Guiné-Bissau
- d) República de Moçambique
- e) República Portuguesa
- f) República Democrática de São Tomé e Príncipe

2. A República Federativa do Brasil mantém o seu estatuto de observador até à sua adesão.

##### **Artigo 11º**

(Representantes)

São representantes oficiais de cada um dos países, os respectivos Membros do Governo com a tutela do Desporto ou, na sua falta ou impedimento, a pessoa por eles designada para os substituir.

### **CAPÍTULO IV**

#### **FUNCIONAMENTO**

##### **Artigo 12º**

(Plenários e comissões)

1. A Conferência reúne-se em plenário, podendo criar, mediante deliberação, comissões especializadas para tratamento de assuntos específicos.

## Artigo 13º

### (Reuniões ordinárias e extraordinárias)

1. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos, cabendo a respectiva convocação ao Presidente, com a antecedência mínima de três meses.
2. Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias, em qualquer momento, pelo Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de dois terços dos membros da Conferência
3. As convocações referidas nos números anteriores serão feitas por via diplomática.

## Artigo 14º

### (Local)

1. A Conferência realiza-se rotativamente e por ordem alfabética, em cada um dos Estados membros.
2. No caso de não ser possível determinar o local de realização da Conferência nos termos do número anterior, os países participantes estabelecerão contactos bilaterais e multilaterais que permitam proceder àquela determinação

## Artigo 15º

### (Deliberações)

1. As deliberações da Conferência são tomadas por consenso.
2. Na ausência de consenso, recorrer-se-á à votação sendo em tal caso as deliberações tomadas à pluralidade de votos, não se contando as abstenções para o apuramento da maioria.
3. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

\*



Artigo 16º

(Presidência)

1. A Conferência escolherá como Presidente o representante oficial do Estado anfitrião, o qual dirigirá os trabalhos
2. Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente escolherá o seu substituto de entre os representantes oficiais dos Estados membros.

Artigo 17º

(Secretariado executivo)

1. O Secretariado Executivo é designado pela Conferência e assiste à Presidência no âmbito do disposto no Artº 4 do Acordo de Cooperação no domínio do Desporto.
2. O Secretariado Executivo constitui-se como órgão administrativo da Conferência, com a seguinte composição:
  - O Secretário Geral
  - 1º Secretário
  - 2º Secretário
3. O Secretariado deve ser assistido por pessoal de apoio administrativo.

**CAPÍTULO V**

**DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS**

Artigo 18º

(Revisão do regimento)

1. A revisão do regimento carece de uma maioria qualificada de dois terços.
2. Qualquer proposta de revisão regimental deverá ser formulada por escrito e entregue a cada um dos Estados com uma antecedência mínima de três meses.

Artigo 19º

(Casos omissos)

Os casos não previstos pelo presente regimento serão resolvidos pela Conferência.

Artigo 20º

(Entrada em vigor)

O presente regimento entra em vigor três meses após a data da sua aprovação.

Aprovado em Bissau a 27 de Fevereiro de 1993.

A CONFERÊNCIA DOS MINISTROS  
RESPONSÁVEIS PELO DESPORTO  
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA